

ÍNDICE GERAL

À GUISA DE INTRODUÇÃO	5
PARTE I – EVOLUÇÃO DO PROCEDIMENTO DE INJUNÇÃO E DA AECOP CONEXA	7
PARTE II – REGIME PREAMBULAR DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	11
1. Procedimentos especiais	11
2. Fixação do domicílio das partes	19
3. Recusa de assinatura do aviso de receção ou do recebimento da carta	21
4. Contagem de prazos	22
5. Espécies processuais de distribuição	24
6. Formas de pagamento da taxa de justiça	24
7. Revogação	24
8. Vigência	25
ANEXO	25
PARTE III – REGIME DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 1º DO DIPLOMA PREAMBULAR	27
AÇÃO DECLARATIVA	29
1. Petição e contestação	29
1-A. Convenção de domicílio	37
2. Falta de contestação	39
3. Termos posteriores aos articulados	43

4.	Audiência de julgamento	52
5.	Depoimento apresentado por escrito	58
6.	Execução	61

PARTE IV – INJUNÇÃO 63

7.	Noção	63
8.	Secretaria judicial competente	66
9.	Apresentação do requerimento de injunção	70
10.	Forma e conteúdo	71
11.	Recusa do requerimento	85
12.	Notificação do requerimento	94
12-A.	Convenção de domicílio	107
13.	Conteúdo da notificação	111
13-A.	Frustração da notificação	116
14.	Aposição da fórmula executória	117
14-A.	Efeito cominatório da falta de dedução de oposição	124
15.	Oposição	129
15-A.	Desistência do pedido	132
16.	Distribuição	134
17.	Distribuição	137
18.	Valor processual	144
19.	Entrega do requerimento de injunção	145
20.	Documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça	147
21.	Execução fundada em injunção	149
21-A.	Fundamentos de oposição à execução baseada em requerimento de injunção	155
22.	Forma de entrega do requerimento e modelo da carta registada	161

PARTE V – ATRASOS NO PAGAMENTO DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS 163

1.	Objeto	163
2.	Âmbito de aplicação	164
3.	Definições	168
4.	Juros pelo atraso de pagamento de transações comerciais	172
5.	Transações entre empresas e entidades públicas	176
6.	Pagamento em prestações	179
7.	Indemnização pelos custos suportados com a cobrança da dívida	180

8.	Cláusulas e práticas abusivas	181
9.	Divulgação da taxa de juros moratórios	185
10.	Procedimentos especiais	186
11.	Alteração ao Código Comercial	192
12.	Disposição transitória	193
13.	Norma revogatória	194
14.	Aplicação no tempo	195
15.	Entrada em vigor	197
PARTE VI – LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA COMPLEMENTAR		199
1.	Diretiva 2011/7/UE	199
2.	Regulamento (CE) nº 1896/2006	217
BIBLIOGRAFIA		237
ÍNDICE GERAL		241